

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37.2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18.2017**  
**COM TRATAMENTO DIFERENCIADO NO CERTAME PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO**

**I – PREÂMBULO**

1.1 – O Município de Cedral, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ sob n.º 45.093.663/0001-36, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, Paulo Ricardo Beolchi de Lucas, através dos Pregoeiros e Equipe de Apoio, nomeados pela Portaria n.º 2.728, de 07 de fevereiro de 2017, observadas às disposições contidas na Lei Federal n.º 10.520, de 17/07/2002, Decreto Federal n.º 3.555, de 08/08/2000, Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, e, Decreto Federal n.º 8.538/2015, aplicando-se subsidiariamente no que couber a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações, torna público a realização da seguinte licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, sendo a presente licitação do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**.

1.2 - O recebimento dos envelopes dar-se-á até as **14 horas do dia 20/10/2017**, no setor de licitações sito à Avenida Antonio dos Santos Galante, n.º 429, Centro, Cedral/SP.

**I - DO OBJETO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

2.1 – **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL; (CEMEI E EMEI); ENSINO FUNDAMENTAL; PROJETO “ESPACO VIDA”; ENSINO MÉDIO; E, RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA**, conforme especificações constantes no Anexo I do edital.

2.2 - As despesas decorrentes desta licitação onerará a seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

- Nota de Reserva Orçamentária n.º 3531, Ficha 159, Unidade 020800 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, Funcional 12.306.0004.2018.0000 MANUTENÇÃO GERAL DA CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO, Categoria Econômica 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, Código de Aplicação 110 000, Fonte de Recurso 0 0100.

**III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

3.1 – Poderão participar todas as pessoas jurídicas que estiverem de acordo com o presente edital.

3.2 - Não será admitida a participação neste certame das seguintes pessoas jurídicas:

1 - em consórcio;

- 2 - que estejam em recuperação judicial<sup>1</sup> (exceto as que apresentarem o plano de recuperação já homologado 3 - pelo juízo competente e em pleno vigor) ou extrajudicial,
- 4 - as elencadas no art. 9º da Lei nº 8.666/93;
- 5 - suspensas ou declaradas inidôneas, nos termos dos incisos III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02; e,
- 6 - que não estejam em consonância com as disposições do Código Civil de 2002, a teor do seu artigo 2031.

**3.3 – Os benefícios do Decreto Federal nº 8.538/15 que Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo, serão concedidos de forma diferenciada, de acordo com o artigo 5º o referido decreto.**

**3.4 – DO PROTOCOLO DOS ENVELOPES**

3.4.1 – Os documentos relativos à proposta de preço e a habilitação, deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados, com o nome do licitante, o número e objeto da licitação e, respectivamente, os títulos dos conteúdos ("Proposta de Preço" e "Documentos de Habilitação"), na forma das alíneas “a” e “b” a seguir:

**a) envelope contendo os documentos relativos à proposta de preço:**

AO PREGOEIRO DO MUNICIPIO DE CEDRAL

**PROCESSO N.º 37/2017**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2017**

LICITANTE: \_\_\_\_\_

ENVELOPE “01” (PROPOSTA DE PREÇO)

**b) envelope contendo os documentos de habilitação:**

AO PREGOEIRO DO MUNICIPIO DE CEDRAL

**PROCESSO N.º 37.2017**

**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18.2017**

LICITANTE: \_\_\_\_\_

ENVELOPE “02” (DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO)

devendo ser protocolados até o horário indicado no item 1.2, não sendo admitida a remessa dos envelopes “01” e “02”- proposta de preço e habilitação, por via postal.

**3.5 – DO CREDENCIAMENTO**

---

<sup>1</sup> SÚMULA Nº 50 do TCE/SP- Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

3.5.1 – A pessoa jurídica que irá participar do certame deverá ser representada por sócio ou procurador e apresentar-se perante o pregoeiro e equipe de apoio para proceder ao respectivo credenciamento, munido dos documentos que o credenciem a participar da licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas, lances verbais, recursos, assinar a contratos e atos jurídicos análogos, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente, conforme modelo do Anexo IV;

3.5.2 - Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder pela empresa representada, por todos os atos e efeitos previstos neste edital, sendo vedada a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa.

3.5.3 - A ausência do credenciado em qualquer momento da sessão, sem substituição, importará na sua imediata exclusão.

3.5.4 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) **tratando-se de representante legal:** o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura; **(apresentar cópias autenticadas ou original)**.

b) **tratando-se de procurador:** a PROCURAÇÃO por instrumento público ou particular, na qual constem poderes para formulação de ofertas, lances verbais, recursos, assinar a contratos e atos jurídicos análogos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da proponente, conforme modelo do Anexo IV, acompanhada dos demais documentos, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga; **(deverá apresentar cópias autenticadas ou original)**.

c) - Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante no presente edital, conforme inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Anexo II do edital; e,

d) - Declaração que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](#) ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, Anexo V, quando se tratar desse tipo de pessoa jurídica.

3.5.5 - O representante legal e/ou procurador deverá(ao) identificar-se, devendo portar documento de identidade civil.

3.5.6 – Os documentos acima deverão ser apresentados no ato do protocolo dos Envelopes “01” e “02”, separadamente em original ou cópia autenticada, e caso a empresa opte por autenticação através de servidor público, o representante legal deverá providenciar junto à Secretaria Municipal de Administração em tempo hábil para poder participar do certame.

3.5.7 - A não apresentação ou a incorreção insanável de quaisquer dos documentos de credenciamento, impedirá a participação do licitante no presente certame. O representante poderá ser substituído, a qualquer momento, por outro devidamente credenciado.

3.5.8 - Aberta a sessão, não mais serão admitidos novos licitantes.

3.5.9 - Não serão aceitos documentos que não forem apresentados de acordo com o exigido no edital

3.5.10 - Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente.

3.5.11 - Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame, apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.

3.5.12 - A não-entrega da documentação exigida na alíneas constantes no item 3.6.4, implicará no não recebimento por parte do pregoeiro dos envelopes contendo a documentação da proposta de preço e de habilitação, e, portanto, a não aceitação do licitante no certame.

3.5.13 - Apresentado os documentos e protocolados, não mais caberá desistência.

3.5.14 – Serão credenciadas a participar somente pessoas jurídicas cujo **OBJETO SOCIAL/RAMO DE ATIVIDADE/ATIVIDADE ECONÔMICA** seja compatível com o objeto da licitação.

#### **IV - DA APRESENTAÇÃO E CONTEÚDO DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “01”**

4.1 - Os interessados deverão apresentar as suas propostas em envelope lacrado, identificado como Envelope “01”, conforme especificações constantes na alínea “a” do item 3.5.1.

4.2 - A proposta deverá obedecer aos seguintes critérios:

a) - especificações constantes no anexo I do edital;

b) – colocar valor, com até duas casas decimais após a vírgula,

c) - nos preços deverão estar incluídas todas as despesas com: tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado, incluídos os trabalhistas e sociais, de acordo com a Súmula 10<sup>2</sup> do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente de: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

4.3 - É de inteira responsabilidade do ofertante o preço e demais condições apresentadas.

4.4 - No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

4.5 - O **prazo de validade da proposta** é de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua apresentação.

4.6 - Serão desclassificadas as propostas:

- a) - que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.
- b) - Sejam incompletas, omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento
- c) apresentem valores superiores ao esperado pelo Município ou manifestamente inexeqüíveis;

4.9 - Em hipótese alguma serão aceitas alterações nos conteúdos dos envelopes já protocolizados.

#### **V - APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - ENVELOPE “02”.**

5.1 - Os licitantes deverão apresentar no envelope “02” – “Documentos de Habilitação”, que demonstrem atendimento às exigências indicadas neste item.

#### **5.2 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) **Em se tratando de empresário individual**, registro na Junta Comercial;
- b) **Em caso de sociedade empresária**, ato constitutivo registrado na Junta Comercial, bem como alterações contratuais que constem o nome do administrador ou ato separado de sua designação e, em sendo sociedade anônima, acompanhada de documento de eleição de seus atuais administradores. Fica facultada a apresentação da Certidão Simplificada da Junta Comercial, em substituição aos documentos anteriores mencionados, contendo resumo das disposições do ato constitutivo e suas alterações que estejam em vigor.
- c) **Em caso de sociedade simples**, inscrição do ato constitutivo no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, acompanhado da prova de quem exerce sua administração; e,

#### **d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.**

8.1.1.1 - Os documentos acima citados, exceto quando não especificado de forma diversa, deverão ser apresentados com todas as suas alterações, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados

#### **5.3. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA.**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (INSS);
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#)<sup>3</sup>.

#### **5.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

---

<sup>3</sup> Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.

a) - Apresentar Atestados de Capacidade Técnica, referente ao objeto da licitação, emitido por pessoa jurídica de direito Público ou Privado.

#### **5.5 - DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA**

a) - Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial <sup>4</sup> (exceto as que apresentarem o plano de recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor), expedida pelo distribuidor da sede do licitante com data não superior a 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, exceto quando o documento assinar outro prazo.

#### **5.6 – OUTROS DOCUMENTOS.**

5.6.1 – Deverá conter ainda no envelope 2 a seguinte declaração do Anexo III, Declaração do inciso XXXIII do art.7º da Constituição Federal e art.27, inciso V da Lei nº 8.666/96.

#### **5.6 – OBSERVAÇÃO**

- a) - Todos os documentos acima citados deverão ser apresentados em original ou cópia autenticada;
- b) - Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente da mesma sede, ou seja, se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial, com exceção dos documentos que são válidos para matriz e todas as filiais;
- c) Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital e transcorrido a fase de análise da documentação, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente;
- d) Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento; e,
- e) As certidões/documentos deverão ser apresentadas dentro do respectivo prazo de validade. Caso não conste prazo de validade no corpo da certidão/documento, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias da data de emissão.
- f) se for o caso, as microempresas/empresas de pequeno porte/MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS/sociedades cooperativas de consumo, caso sejam vencedoras do certame, apenas apresentarão a documentação relativa à regularidade fiscal para efeitos de assinatura de assinatura de contrato:

1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá após a notificação, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

---

<sup>3</sup> Incluída pela [Lei nº 12.440 de 7 de julho de 2011](#).

<sup>4</sup> SÚMULA Nº 50 do TCE/SP- Em procedimento licitatório, não pode a Administração impedir a participação de empresas que estejam em recuperação judicial, das quais poderá ser exigida a apresentação, durante a fase de habilitação, do Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos no edital.

2 - A não - regularização da documentação, no prazo, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no [art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

#### **VI - DA SESSÃO: DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO/DJUDICAÇÃO.**

6.1 - No dia, hora e local designados no edital, será realizada sessão pública da licitação, com o recebimento dos envelopes de propostas/documentos de habilitação e credenciamento.

6.2 - Aberta a sessão, o pregoeiro conferirá todos os documentos do credenciamento, e caso estejam corretos, procederá à abertura dos envelopes “01”, contendo as propostas, que deverão ser rubricadas por ele e os membros da equipe de apoio, conferindo-as quanto à validade e cumprimento das exigências contidas no edital, sendo classificadas as propostas dos licitantes que estiverem de acordo com as especificações constantes do edital, que apresentarem o menor valor e aquelas que tenham apresentado propostas em valores superiores em até dez por cento, relativamente à de menor valor.

6.3 - Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem acima, serão classificadas as melhores propostas subseqüentes, até o máximo de três, para que os licitantes participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas suas propostas.

6.4 - Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais pelos proponentes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes, devendo estar incluídas todas as despesas com frete, tributos, seguros e todos os demais encargos necessários ao fornecimento do objeto licitado, incluídos os trabalhistas e sociais, de acordo com a Súmula 10<sup>5</sup> do TCE/SP, sendo que o proponente será responsável por quaisquer ônus decorrente de: marcas, registros e patentes ao objeto cotado.

6.5 - O pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma seqüencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de menor valor.

6.6 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

6.7 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes.

6.8 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor valor.

6.9 - Declarada encerrada a etapa competitiva, ordenadas as propostas o pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

6.10 – A aceitabilidade da proposta primeira classificada será aferida a partir do valor estimado para o objeto.

---

<sup>5</sup> Súmula nº 10: O preço final do produto ofertado pelos proponentes deve incluir os tributos e demais encargos a serem suportados pelo ofertante.

6.11 - Sendo aceitável a proposta de menor preço, será verificado se ocorreu o empate ficto previsto no artigo 5º do Decreto Federal nº 8.538/15, procedendo-se da seguinte forma:

a) - A microempresas/empresas de pequeno porte/microempreendedores individuais/sociedades cooperativas de consumo melhor classificada, será convocada a apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, em um prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

b) – Caso a microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativa exerça o direito de preferência, será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

c) – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem no empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

d) – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

e) – O direito de preferência somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

6.11.1 - Na hipótese do não exercício do direito de preferência, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação - “02”- do licitante que a tiver formulado a proposta classificada em primeiro lugar, para confirmação das suas condições habilitatórias.

6.12 - Na apreciação e no julgamento das propostas não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas neste instrumento, nem serão permitidas ofertas baseadas nas propostas das demais licitantes, obrigando-se o licitante, a executar as condições da proposta apresentada.

6.14 – Aceita a proposta e conferidos os documentos, o pregoeiro adjudicará o certame.

6.15 - Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o certame.

6.16 - Nas situações previstas nos incisos 6.8 e 6.9, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

6.17 - Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, licitantes e presentes.

6.18 – As dúvidas que surgirem durante as sessões públicas serão se possível, solucionadas pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, na presença dos proponentes ou deixadas para posterior deliberação.

## **VII - DOS RECURSOS**

7.1 - Declarado vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, exceto quando houve regularidade fiscal a ser feita pelas microempresas/empresas de pequeno porte/microempreendedores individuais/sociedades cooperativas de consumo, razão pela qual o prazo iniciará apenas após regularidade.

7.2 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.3 - A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

7.4 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará em decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor.

7.5 - Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

7.6 - Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para entregar o objeto adquirido.

#### **VIII – HOMOLOGAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO.**

8.1 – Após o resultado do julgamento será submetido à autoridade competente, para homologação e o licitante vencedor será convocado para assinar o contrato, devendo comparecer em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

8.2- O não cumprimento das condições dispostas nesta cláusula ou o não comparecimento para assinatura do contrato dentro do prazo fixado na notificação ou a prática de qualquer ato por parte da empresa vencedora, que inviabilize a contratação, implicará em sua automática desclassificação, ficando a mesma impedida de participar de futuras Licitações, sujeitando-se, ainda, às sanções conforme disposto no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - É facultado ao Município de Cedral, quando o convocado não comparecer no prazo estipulado para assinar o contrato, deixar, injustificadamente, de prestar os serviços ou substituir os recusados dentro dos prazos previstos, ou, ainda, recusar-se de cumprir com sua proposta vencedora, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação.

#### **IX - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

9.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, em até 28 (vinte e oito) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

#### **X – DA RECOMPOSIÇÃO**

10.1 - Não haverá recomposição e reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses nos termos da Lei), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente

comprovado e aceito pela outra parte, utilizando como parâmetro o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, desde que não haja outro índice específico.

## **XI – DOS PRAZOS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

11.1 – O serviço deverá ser prestado seguindo as determinações constantes no Anexo I do edital, pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93.

11.2 - Caso a empresa não cumprir os prazos, a mesma estará deixando de cumprir o contrato e ficará sujeita às sanções do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

11.3 – O objeto deverá ser executado em conformidade com o solicitado e com as normas vigentes, sendo no caso de apresentar problema e/ou defeito, será rejeitado, obrigando-se o prestador dos serviços a substituí-lo no prazo indicado, sem prejuízo para o Município de Cedral.

11.4 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e a execução, serão aplicadas à CONTRATADA sanções previstas neste edital e na legislação vigente, conforme artigo 96 da Lei nº 8.666/93.

11.5 - Quaisquer danos ou prejuízos ocasionados ao patrimônio da Administração por empregados ou prepostos do licitante vencedor, serão de exclusiva responsabilidade deste último.

11.6 - O Município até a assinatura do contrato ou contados da solicitação, poderá desistir da contratação do objeto proposto, sem que caibam quaisquer direitos ao licitante vencedor.

## **XII - DAS PENALIDADES**

12.1- Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, caso apresente documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia defesa:

12.1.1- **Multa de até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato;

12.1.2- **suspensão do direito de licitar e de contratar** com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e,

12.1.3- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** com o Município em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

12.2- As multas previstas nesta Cláusula não têm caráter compensatório, porém, moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Contratante.

12.3- As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste ao Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

12.4- Os valores básicos das multas, notificadas pela Contratante, serão descontados através de documentos de cobrança que se seguirem.

12.5- Enquanto a Contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a Contratante reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

### **XIII - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO**

13.1 – A inexecução do contrato configura-se de forma total ou parcial. Assim, quaisquer dos motivos constante no artigo 78 da Lei 8.666/93, podem ensejar a rescisão do contrato, devendo observar o disposto nos artigos 79 e 80 do mesmo diploma legal.

### **XIV – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO**

14.1 - Até 02 (dois) dias úteis, antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos/impugnar o ato convocatório, devendo o pregoeiro decidir em 24 horas, da seguinte forma:

1 - através do e-mail: [licitacao@cedral.sp.gov.br](mailto:licitacao@cedral.sp.gov.br); e,

2 – protocolado na Prefeitura Municipal de Cedral.

14.2 - Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.2.1 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

14.3 - Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

### **XV – FORO**

15.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Rio Preto - SP, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

15.2 - A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

### **XVI – ANEXOS DO EDITAL**

I – Descrição do Objeto da Licitação e Memorial Descritivo/Termo de Referência;

II - Declaração (inciso VII do art. 4º Lei 10.520 de 17/07/2002);

III - Declaração (inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal);

IV – Modelo de Instrumento de Procuração;

V- Modelo referencial de declaração, sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](#) ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006; e

VI - Contrato.

### **XVI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.1 – Estabelece-se que a simples apresentação de proposta pelas licitantes implicará a aceitação de todas as disposições do presente;
- 17.2 – Assegura-se ao Município o direito de:
- 17.2.1 - promover, em qualquer fase da licitação, diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo (art. 43, parágrafo 3º, da Lei 8.666/93);
- 17.2.2 - revogar a presente licitação por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;
- 17.2.3 - adiar a data da sessão pública;
- 17.2.4 - rescindir unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.
- 17.3 – As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório.
- 17.4 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.
- 17.5 – Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.
- 17.6 - Cópias deste edital poderão ser obtidas através do site do Município: <http://www.cedral.sp.gov.br/Licitacao>.
- 17.7 - Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.
- 17.8 - No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:
- a) adiada a data da abertura desta licitação;
- b) alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.
- 17.9 - Não será permitida a retirada dos envelopes apresentados ou cancelamento de propostas, pelos licitantes, após a sua entrega.
- 17.10 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão.
- 17.11 - As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança e respeitem os princípios da Licitação e Administração Pública.
- 17.12 – Eventuais notificações e intimações dar-se-ão por meio de Imprensa Oficial.
- 17.13 - Expede-se o presente edital, cumprindo as condições de publicidade.
- Prefeitura Municipal de Cedral, 04 de outubro de 2017; 87.º ano de Emancipação Político-Administrativa.

---

**PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS**  
**PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL/SP**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2017**  
**ANEXO I – FORMA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA/MEMORIAL DESCRITIVO/PROJETO**  
**BÁSICO**

**FORMA DE ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

<b>DADOS DO LICITANTE</b>
Proponente:
CNPJ
Endereço: Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade/Estado
CEP:                      FONE:                      FAX:
E-mail pessoal: E-mail institucional:
Responsável para assinatura do Contrato: Nome: Nacionalidade: Estado Civil: Profissão: RG: CPF: Endereço: Rua/Avenida, nº, Bairro, CEP, Cidade/Estado:
Dados Bancário da empresa Banco: Agência: Conta:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	JORNADA	VALOR UNITÁRIO QUE A ADMINISTRAÇÃO SE PROPÕE A PAGAR	VALOR TOTAL QUE A ADMINISTRAÇÃO SE PROPÕE A PAGAR
1	Nutricionista	1	40	5.983,38	71.800,56
2	Cozinheira	2	44	8.208,13	98.497,60
3	Auxiliar de Cozinha	8	44	25.990,45	311.885,44
4	Ajudante de Motorista e Serviços Gerais	1	44	3.435,03	41.220,36
5	Veículo Tipo Furgão com Motorista	1	44	6.465,74	77.588,84
	<b>Total</b>			<b>50.082,73</b>	<b>600.992,80</b>

#### MEMORIAL DESCRITIVO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE destina-se a todas as crianças e adolescentes matriculados na rede municipal e estadual de ensino, aos quais são oferecidas refeições nutricionalmente equilibradas em quantidade e qualidade exigidas pelo Programa. Atualmente são produzidas em média 3.300 refeições por dia letivo.

A pessoa jurídica a ser contratada, deverá se responsabilizar pela mão de obra e será responsável por toda cadeia de elaboração dos cardápios da alimentação escolar, desde o recebimento dos gêneros até a distribuição das refeições prontas, sendo que os gêneros alimentícios e os produtos de higiene e limpeza serão fornecidos pelo Município.

Para tanto, deverá ser disponibilizado no mínimo:

- Nutricionista – 01
- Cozinheira – 02
- Auxiliar de Cozinha – 08
- Ajudante de Motorista e Serviços Gerais– 01
- Veículo com Motorista - 01

Os quais deverão estar capacitados a cumprir as atribuições dos cargos descritas no Projeto Básico e trabalhar devidamente uniformizados, bem como seguir todas as normas e padrões de higiene e limpeza tanto dos alimentos,

quanto do local de trabalho, que será na Cozinha Piloto, localizada na Rua Eduardo Alves Ferreira, 223, 15.895-000 – Cedral/SP.

A Pessoa jurídica deverá se responsabilizar:

- Fornecer EPI e uniformes para cada empregado no início da prestação do serviço, obedecendo às especificações e aos quantitativos previstos no **Projeto Básico**
- Assegurar que, durante a execução dos serviços, os empregados façam uso do uniforme e dos Equipamentos de Proteção Individual, e que se mantenham limpos e asseados, quer no aspecto do vestuário, quer no de higiene pessoal.
- Fornecer ao Contratante Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, nos primeiros 15 (quinze) dias após o início da prestação do serviço, bem como realizar exames específicos previstos na NR-07 da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Pagar em dia os salários dos empregados lotados na prestação do serviço, conforme legislação vigente.
- Fornecer, até o último dia do mês em curso, o valor correspondente à cesta básica, respeitando o calendário mensal (primeiro ao último dia do mês).
- Substituir, sempre que exigido pelo Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, sem interrupção do serviço, qualquer um dos empregados cujo desempenho, saúde, conduta moral ou profissional seja considerado prejudicial, inconveniente ou insatisfatório ao interesse do serviço.
- Submeter-se às condições estabelecidas pelo Contratante quanto ao cumprimento dos horários e ao controle da presença dos empregados, incumbindo-se de substituir, sem interrupção, aqueles que entrarem em licença médica maior que dois dias ou férias.
- Comunicar antecipadamente, o cronograma de concessão de férias, substituições definitivas e remanejamento temporário de qualquer empregado. Havendo necessidade, o cronograma poderá ser alterado, desde que aprovado pela Contratante.
- Zelar pela disciplina de seus empregados, sendo vedado:
  - a) qualquer tipo de jogo, venda de produtos, circulação de listas, rifas e pedidos de quaisquer natureza;
  - b) consumir e/ou guardar drogas ou bebidas alcoólicas nas dependências do Contratante.
- Garantir a não violação de documentos e o sigilo de assuntos do Contratante colocados ao alcance dos empregados alocados na prestação dos serviços, respondendo por todo e qualquer dano causado ao Contratante.
- Credenciar representante da empresa junto ao Contratante, para supervisionar e gerenciar a execução do serviço contratado.
- O representante da empresa deverá organizar visitas programadas aos locais de trabalho, no mínimo uma vez por mês, para atender às demandas e dúvidas dos funcionários.

- Controlar a frequência dos empregados designados para a prestação dos serviços.
- Pagar os empregados contratados, por força deste instrumento, em agência bancária situada no Município de Cedral.
- O pagamento dos salários deverá ser feito, obrigatoriamente, em conta-salário.
- Arcar com a totalidade dos tributos, despesas, insumos e vantagens estabelecidas em acordos coletivos de trabalho e convenções coletivas de trabalho, ainda que não especificados ou especificados diferentemente na planilha de composição de preços.
- Tomar todas as providências e assumir as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando em ocorrências da espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que verificadas nas dependências do Contratante.
- Apresentar, sempre que solicitado pelo Contratante, comprovação de cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias, securitárias, tributárias e quaisquer outras.
- Fornecer, sem ônus ao Contratante, os equipamentos de proteção individual (EPI) necessários ao desempenho das respectivas funções, adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, conforme Convenção Coletiva de Trabalho. Os equipamentos de proteção individual deverão ser, no mínimo, aqueles constantes do Anexo I do presente Contrato.
- substituir, em até 48 ( quarenta e oito) horas, os EPI's danificados ou extraviados, não podendo gerar em nenhuma hipótese ônus para o trabalhador ou para o Contratante.
- Fornecer mensalmente material destinado aos Primeiros Socorros e embalagem para acondicionamento dos mesmos (caixa plástica).
- Responsabilizar-se pelo veículo de transporte de refeições:
  - a) Mantendo-o sempre limpo e higienizado, conforme normas da Vigilância Sanitária;
  - b) Fazendo sua manutenção e abastecimento e por todos os impostos e taxas que venham a incidir sobre ele;
  - c) Substituí-lo por outro com as mesmas características quando necessário;
  - d) o veículo deverá ser furgão próprio para o transporte de alimentos;
- Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar ao Contratante ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, na pessoa de preposto ou terceiros a seu serviço.
- Submeter-se às normas e determinações do Contratante no que se referem à execução do contrato.

## PROJETO BÁSICO

### 1. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

#### **Cozinha Piloto**

Rua Eduardo Alves Ferreira, 223  
15.895-000 – Cedral/SP

### 2. DESCRIÇÕES DAS TAREFAS E FUNÇÕES / ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### 2.1 AUXILIAR DE COZINHA

- observar os cardápio, separar os alimentos e os instrumentos necessários ao preparo;
- auxiliar o Cozinheiro no pré-preparo dos cardápios;
- higienizar hortaliças e frutas;
- zelar pelo material utilizado na cozinha e conferi-lo periodicamente;
- verificar a necessidade de reabastecimento de cubas na rampa, providenciando-o sempre que necessário;
- garantir a ordem e limpeza da área de trabalho onde esteja desempenhando suas tarefas;
- auxiliar na distribuição de refeições;
- fazer a higienização da cozinha após o atendimento;
- higienizar utensílios, equipamentos e bancada;
- executar outras tarefas pertinentes ao cargo.

#### 2.2 AUXILIAR DE MOTORISTA E SERVIÇOS GERAIS

- descarregar e os gêneros alimentícios trazidos pelos fornecedores, auxiliando na pesagem dos mesmos;
- carregar e descarregar o veículo com as cubas para distribuição;
- acompanhar o motorista durante a distribuição;
- carregar e descarregar as cubas vazias, levando-as para a higienização
- proceder à limpeza geral e da área externa;
- executar outras tarefas pertinentes ao cargo;

#### 2.3 COZINHEIRO

- descongelar alimentos;
- limpar carnes, aves, pescados e vegetais;
- desossar carnes, aves e pescados;
- porcionar alimentos;
- pré-cozinhar alimentos;
- organizar utensílios de trabalho;
- verificar funcionamento dos equipamentos;
- organizar ingredientes conforme a produção;
- guardar produtos não utilizados;
- desligar equipamentos;
- zelar pela limpeza da sua área de trabalho;
- etiquetar alimentos;
- armazenar alimentos de acordo com as normas de higiene;
- temperar alimentos de acordo com métodos de cocção;

- controlar tempo e métodos de cocção;
- aquecer alimentos pré-preparados;
- elaborar massas;
- elaborar caldos, fundos e molhos básicos;
- colaborar na criação do cardápio;
- otimizar uso dos equipamentos;
- solicitar manutenção de equipamentos;
- identificar necessidade de novos equipamentos
- avaliar sabor, aroma, cor e textura dos alimentos;

#### **2.4 NUTRICIONISTA**

- elaboração dos cardápios;
- fazer o planejamento anual de compras
- descrever procedimentos de execução dos serviços;
- elaborar cronogramas de execução de tarefas;
- definir funções da equipe de trabalho;
- programar o abastecimento dos setores;
- programar e distribuir a utilização de equipamentos e utensílios;
- planejar operações para datas especiais;
- atribuir e delegar responsabilidades à equipe;
- orientar a execução dos serviços;
- intermediar informações entre equipe e superiores;
- adequar equipe a situações atípicas;
- observar o cardápio diário e responsabilizar-se pela elaboração do mesmo;
- coordenar seus auxiliares, procurando sempre trabalhar em equipe;
- executar outras tarefas pertinentes ao cargo.

#### **3. VEÍCULO TIPO FURGÃO COM MOTORISTA**

3.1 A licitante deverá fornecer veículo tipo furgão, próprio para distribuição de refeições prontas, com motorista, pelo período de 44 horas semanais.

3.2 Deverá se responsabilizar por todos os custos de abastecimento, manutenção, despesas com taxas, impostos, pagamentos de multas e qualquer outra despesa que venha incidir sobre o mesmo;

3.3 Igualmente, em relação ao motorista, deverá se responsabilizar pelo salário e por todos os benefícios e obrigações relativas ao mesmo.

#### **4. FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**

- Bota em PVC com solado antiderrapante, cor branca - 01 (um) par quando da admissão e substituição a cada 03 (três) meses e quando se fizer necessário;
- Touca descartável cor branca em tecido 100% polipropileno (não tecido), plissada, com elástico em toda a extensão, antialérgica - 01 (uma) touca ao dia;
- Avental em napa forrada em malha de suedine branco, medida de 1,20 X 0,80 ou 1,30 x 0,80 - 01 ( um) a cada 30 (trinta) dias;
- Calçado de segurança solado de Poliuretano antiderrapante - 01 (um) par quando da admissão com entrega

única.

## 5. FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESPECÍFICOS

Atividade/Função: **Auxiliar de Cozinha e Cozinheira**

- Calça Tecido 100% Algodão cor branca, sarja 3X1, com elástico na cintura -03 (três) peças quando da admissão com entrega única e reposição a cada 04 (quatro) meses;
- Blusa em malha PV Fio 30, primeira linha, tecido com 67% poliéster 33% algodão penteado, cor branca - 03 (três) peças quando da admissão com entrega única e reposição a cada 04 (quatro) meses;

Atividade/Função: **Auxiliar de Serviços Gerais**

- Calça Tecido 100% Algodão cor clara (bege, cinza ou azul claro), sarja 3X1, com elástico na cintura -03 (três) peças quando da admissão com entrega única e reposição a cada 04 (quatro) meses;
- Blusa em malha PV Fio 30, primeira linha, tecido com 67% poliéster 33% algodão penteado, cor branca - 03 (três) peças quando da admissão com entrega única e reposição a cada 04 (quatro) meses.

**Obs.: Quantidades mínimas estabelecidas. A troca/reposição será obrigatória nos casos de extravio, danificação ou término da vida útil.**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2017**  
**ANEXO II**

Ao  
PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE CEDRAL

**DECLARAÇÃO**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpro plenamente os requisitos de habilitação constante do presente edital.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2017**  
**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º**  
**DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, consoante o que se estabeleceu no artigo 1º, da Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não tem em seu quadro de empregados, menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como em qualquer trabalho, menores de 16 anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz ( ).

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PROPONENTE)

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 18/2017**  
**ANEXO IV**

**MODELO PREFERENCIAL DE INSTRUMENTO PARTICULAR DE PROCURAÇÃO**

A (nome da pessoa jurídica com qualificação completa), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_, através de seu representante legal infra-assinado, nomeia e constitui seu bastante procurador o (a) Sr(a).\_\_\_\_\_, portador(a) da cédula de identidade RG \_\_\_\_\_, expedida pela\_\_\_\_\_,e do CPF/MF\_\_\_\_\_ , outorgando-lhe plenos poderes para representá-lo na sessão pública do Pregão Presencial nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, Processo\_\_\_\_\_, em especial para formular lances verbais, interpor recursos e/ou deles desistir, negociar e efetuar as providências necessárias para que a outorgante mantenha-se satisfatoriamente neste procedimento.

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA PROPONENTE)

**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 37/2017**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2017**  
**ANEXO V**

**MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA SITUAÇÃO DE**  
**MICROEMPRESAS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE/MICROEMPREENDEDORES**  
**INDIVIDUAIS/SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO**

A \_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº\_\_\_\_, com sede na (endereço completo), por intermédio de seu representante legal \_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da cédula de identidade RG nº e inscrito no CPF sob nº \_\_\_\_, Declara sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual ou sociedade cooperativa de consumo, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos [art. 42](#) ao art. 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o artigo 13, §2º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

(NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA)

**ANEXO VI  
MINUTA DO CONTRATO  
CONTRATO N.º  
PREGÃO PRESENCIAL n.º 18.2017  
PROCESSO 37.2017**

**CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL; (CEMEI E  
EMED); ENSINO FUNDAMENTAL; PROJETO “ESPACO VIDA”; ENSINO MÉDIO; E, RESIDÊNCIA  
TERAPÊUTICA**

**IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES**

O **MUNICÍPIO DE CEDRAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 45.093.663/0001-36, com sede à Avenida Antônio dos Santos Galante n.º 429, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Paulo Ricardo Beolchi de Lucas, brasileiro, casado, portador do RG nº 8.384.343-7 SSP/SP e inscrito no CPF sob nº 077.503.08-21, residente e domiciliado à Avenida Luiz de Mello, 395, Estância das Paineiras, Nova Cedral, Cedral/SP, CEP 15.895-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa (qualificação completa), representada por (qualificação completa), denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente Contrato, nos termos da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993 e legislação pertinente, assim como pelas condições do Edital de **PREGÃO PRESENCIAL n.º 18.2017**, originado do processo administrativo nº 37.2017, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

**1. DO OBJETO E ESPECIFICAÇÕES.**

1.1 – O objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PREPARO E DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL; (CEMEI E EMED); ENSINO FUNDAMENTAL; PROJETO “ESPACO VIDA”; ENSINO MÉDIO; E, RESIDÊNCIA TERAPÊUTICA**, conforme Anexo I do edital.

1.2 - Caso a empresa não cumprir os prazos, a mesma estará deixando de cumprir o contrato e ficará sujeita as sanções do art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

1.3 – O objeto deverá ser executado em conformidade com o solicitado e com as normas vigentes, sendo no caso de apresentar problema e/ou defeito, será rejeitado, obrigando-se o prestador dos serviços a substituí-lo no prazo indicado, sem prejuízo para o Município de Cedral.

1.4 - Apurada, em qualquer tempo, divergência entre as especificações pré-fixadas e a execução, serão aplicados à **CONTRATADA** sanções previstas neste edital e na legislação vigente, conforme artigo 96 da Lei nº 8.666/93.

1.5 - Quaisquer danos ou prejuízos ocasionados ao patrimônio da Administração por empregados ou prepostos do licitante vencedor, serão de exclusiva responsabilidade deste último.

## 2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL E DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

2.1. O prazo de vigência do contrato e da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 8.666/93.

## 3. DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO.

3.1 – O valor do contrato é de R\$ \_\_\_\_\_ conforme proposta apresentada:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	JORNADA	VALOR UNITÁRIO QUE A ADMINISTRAÇÃO SE PROPÕE A PAGAR	VALOR TOTAL QUE A ADMINISTRAÇÃO SE PROPÕE A PAGAR
1	Nutricionista	1	40	R\$	R\$
2	Cozinheira	2	44	R\$	R\$
3	Auxiliar de Cozinha	8	44	R\$	R\$
4	Ajudante de Motorista e Serviços Gerais	1	44	R\$	R\$
5	Veículo Tipo Furgão com Motorista	1	44	R\$	R\$
	<b>Total</b>			R\$	R\$

3.2 - O pagamento será efetuado mensalmente em até 28 (vinte e oito) dias, após emissão de nota fiscal/documento equivalente, que deverá conter o número da licitação, bem como estar acompanhada dos comprovantes de todas as suas obrigações tributárias e encargos trabalhistas e sociais, sendo que se cabível serão retidos os valores correspondentes à quitação da Seguridade Social (I.N.S.S.).

## 4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas decorrentes desta licitação onerará a seguinte dotação orçamentária do exercício de 2017:

- Nota de Reserva Orçamentária nº 3531, Ficha 159, Unidade 020800 ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, Funcional 12.306.0004.2018.0000 MANUTENÇÃO GERAL DA CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO, Categoria Econômica 3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, Código de Aplicação 110 000, Fonte de Recurso 0 0100.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES 5.1 - DA CONTRATADA

- a) – cumprir sua proposta, bem como todo o disposto no edital, especificamente as disposições do anexo I, que é parte integrante e indissociável deste contrato, enquanto o instrumento estiver vigente;
- b) - Responder civil e administrativamente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato, venha diretamente ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados ao Município de Cedral, a terceiros, bem como ao Patrimônio Público;
- c) - Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes do cumprimento do contrato, bem como, o Município se isenta de qualquer vínculo empregatício; e,
- d) - Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de Habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **5.2 - Do Município**

- a) - Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do presente contrato;
- b) - promover a fiscalização; e
- d) - Efetuar o pagamento na época oportuna conforme avençado no presente instrumento.

## **5. DA RECOMPOSIÇÃO**

6.1 - Não haverá recomposição e reajuste de preços (que poderá ocorrer a cada período de 12 (doze) meses nos termos da Lei), exceto para manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que devidamente comprovado e aceito pela outra parte, utilizando como parâmetro o índice IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, desde que não haja um outro índice específico.

## **7. DAS PENALIDADES**

7.1- Sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, caso apresente documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento ou não cumprir com a execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia defesa:

7.1.1- **Multa de até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato em caso de inadimplência total ou parcial do Contrato;

7.1.2- **suspensão do direito de licitar e de contratar** com o Município pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e, 7.1.3- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** com o Município em função da natureza e gravidade da falta cometida ou em caso de reincidência.

7.2- As multas previstas nesta Cláusula não tem caráter compensatório, porém, moratório, e conseqüentemente o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar à Contratante.

7.3- As penalidades acima mencionadas não excluem quaisquer outras previstas em Lei, nem o direito que assiste o Município de ressarcir-se das perdas e danos que vier a sofrer.

7.4- Os valores básicos das multas, notificadas pela Contratante, serão descontados através de documentos de cobrança que se seguirem.

7.5- Enquanto a Contratada não cumprir as condições contratuais estabelecidas, a Contratante reterá seus pagamentos e garantias contratuais.

#### **8. DA RESCISÃO**

8.1. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses arroladas nos artigos 77 e 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

#### **9. DO FORO**

9.1. Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Preto - SP para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

9.2. E por estarem justas e contratadas as partes firmam o presente em 04 (quatro) vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas de direito.

Local, data .

---

**MUNICÍPIO DE CEDRAL  
PAULO RICARDO BEOLCHI DE LUCAS  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE**

---

**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS**

---

**NOME  
R.G. n °**

---

**NOME  
R.G. n °**